

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição, sob demanda, de **ESFIGMOMANÔMETRO, ESTETOSCÓPIO E BRACADEIRAS**, para atender as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã, Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, Programa Melhor em Casa, CAPS AD, CAPS I e CAPS III, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento;

1.2. Requisitantes: Hospital Municipal Raul Sertã, Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, Programa Melhor em Casa, CAPS AD, CAPS I e CAPS III;

1.3. Fundamentação Legal: Pregão Eletrônico, via Registro de Preço, nos termos da Lei nº14.133/21;

1.4. Tipo: Menor preço unitário, nos termos da Lei nº. 14.133/21, art. 28, inciso I;

1.5. Prazo: 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro.

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1. Aquisição, sob demanda, de **ESFIGMOMANÔMETRO, ESTETOSCÓPIO E BRACADEIRAS**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID	HMRS	HMNF	PME	CAPS AD	CAPS I	CAPS III	TOTAL
------	--------	---------------	------	------	------	-----	------------	-----------	-------------	-------



1	432468	ESFIGMOMANÔMETRO ADULTO – Esfigmomanômetro aneróide, com escala de 0 a 300mmHg, braçadeira de nylon com fixação por velcro para uso adulto, manguito e tubo de borracha com bomba insufladora (pêra) e válvula para descarga de ar; bolsa de nylon ou similar para guardar o aparelho, circunferência de braço recomendada para uso 18/35cm.	Unid	100	58	6	5	2	6	177
2	435624	ESFIGMOMANÔMETRO OBESO – Esfigmomanômetro aneróide, com escala de 0 a 300mmHg, braçadeira de nylon com fixação por velcro para uso adulto, manguito e tubo de borracha com bomba insufladora (pêra) e válvula para descarga de ar; bolsa de nylon ou similar para guardar o aparelho, circunferência de braço recomendada para uso 35/51cm.	Unid	10	7	2	1		2	22
3	432475	ESFIGMOMANÔMETRO INFANTIL – Esfigmomanômetro aneróide, com escala de 0 a 300mmHg, braçadeira de nylon com fixação por velcro para uso adulto, manguito e tubo de borracha com bomba insufladora (pêra) e válvula para descarga de ar; bolsa de nylon ou similar para guardar o aparelho, circunferência de braço recomendada para uso 10/18cm.	Unid	10		2				12



4	438928	ESTETOSCÓPIO ADULTO – Membrana de plástico rígido sino com anel isolante de frio em toda borda de contato, anel rosqueado de cobre cromado, câmara de som em liga de alumínio, tubo em Y de PVC, fone biauricular de cobre cromado, par de olivas rígidas e tubo transmissor de som rotatório central em cobre cromado.	Unid	22		6	5	2	6	41
5	438927	ESTETOSCÓPIO INFANTIL – Membrana de plástico rígido sino com anel isolante de frio em toda borda de contato, anel rosqueado de cobre cromado, câmara de som em liga de alumínio, tubo em Y de PVC, fone biauricular de cobre cromado, par de olivas rígidas e tubo transmissor de som rotatório central em cobre cromado.	Unid	5	11	3				19
6	428926	BRAÇADEIRA para aparelho de pressão arterial. Material com revestimento anti bacteriana, preta, tamanho universal, velcro de qualidade e com conector.	Unid	10						10
7	432106	BRAÇADEIRA PNI vias em silicone para monitor multiparamétrico Neonatal nº 2.	Unid		14					14
8	432106	BRAÇADEIRA PNI vias em silicone para monitor multiparamétrico Neonatal nº 3.	Unid		14					14

2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022;

2.3. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contado a partir da assinatura da Ata de Registro de Preço, na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133/2021.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde, que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos itens nelas utilizados;

3.2. Trata-se de Processo Administrativo visando a aquisição, sob demanda, de Esfigmomanômetro, Estetoscópio e Braçadeiras, para suprir as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã, Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, Programa Melhor em Casa, CAPS AD, CAPS I e CAPS III, pelo período de 12 (doze) meses;

3.3. A presente aquisição visa contribuir para o regular funcionamento da rotina das Unidades de Saúde, sendo objeto indispensável para as atividades diárias na necessidade no primeiro atendimento e acompanhamento dos pacientes. Objetiva aferir a pressão e auscultar os batimentos cardíacos. As Braçadeiras fazem-se necessárias ao uso nos monitores no atendimento neonatal, bem como para aferir a pressão dos demais pacientes nas unidades;

3.4. Por se tratar-se de aparelhagem de vida útil regular, e por serem de uso contínuo nas unidades, é de real importância a sua reposição, uma vez que para a realização de consultas e exames de enfermagem e médica, a disponibilidade desses aparelhos em perfeito estado é essencial;

3.5. O quantitativo solicitado para o Hospital Municipal Raul Sertã teve como base o consumo dos materiais no período anual, com uma margem de segurança de aproximadamente 20%, conforme planilha acostada à fl. 10;

3.6. O quantitativo solicitado para o Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro teve como base o consumo dos materiais no período anual, com uma margem de segurança de aproximadamente 20%, conforme planilha acostada à fl.13;

3.7. O quantitativo solicitado para o Programa Melhor em Casa teve como base o consumo dos materiais no período anual, conforme planilha acostada à fl. 15;

3.8. O quantitativo solicitado para o CAPS AD teve como base o consumo dos materiais no ano de 2022, conforme planilha acostada à fl. 18;

3.9. O quantitativo solicitado para o CAPS I teve como base a requisição anterior com um acréscimo de aproximadamente 20%, considerando 01 aparelho no consultório médico e 01 na sala de enfermagem, conforme justificativa à fl. 19;

3.10. O quantitativo solicitado para o CAPS III teve como base o consumo dos materiais no período anual, conforme planilha acostada à fl. 22;

3.11. Vale lembrar que se trata de aquisição por Sistema de Registro de Preço (SRP). É fato que no SRP há apenas a prerrogativa de contratação, porém, não é garantida a obrigação futura ou compromisso, assim, o quantitativo a ser adquirido será de acordo com a necessidade demandada de cada Unidade Requisitante;

3.12. Ressalta-se que as especificações técnicas, bem como o quantitativo dos objetos solicitados, foram indicadas pelas equipes técnicas da Unidade de Saúde, as quais se responsabilizam por todas as informações lançadas nos documentos requisitórios.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1. Aquisição, sob demanda, de ESFIGMOMANÔMETRO, ESTETOSCÓPIO E BRACADEIRAS, para atender as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã, Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, Programa Melhor em Casa, CAPS AD, CAPS I e CAPS III, pelo período de 12 (doze) meses;

4.2. A presente aquisição visa contribuir para o regular funcionamento da rotina das Unidades de Saúde, sendo objeto indispensável para as atividades diárias na necessidade no primeiro atendimento e acompanhamento dos pacientes. Devido as características do serviço, a melhor forma é por registro de preço, onde cada unidade de saúde solicitará conforme sua demanda.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013;

5.2. A contratada deverá apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) para os produtos abrangidos pela RDC nº497, de 20 de maio de 2021;

5.3. Atender às solicitações nos prazos estipulados;

5.4. Aceitar o controle/análise de qualidade dos materiais, realizada pelas Unidades Requisitante;

5.5. Entregar o objeto e quantitativos, conforme a solicitação das unidades requisitantes, no prazo de 10 (dez) dias corridos, nos horários e locais estabelecidos neste Termo de Referência;

5.6. Substituir, no prazo máximo de até 2 (dois) dias, a contar da data da notificação, os materiais entregues, caso se apresentem impróprios;

5.7. Manter durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação na licitação e contratação;

5.8. Não subcontratar ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação definida no Termo de Referência;

5.9. Fornecer os materiais descritos com rapidez e eficiência;

5.10. Cumprir o objeto do contrato estritamente de acordo com as normas que regulamentam o objeto da contratação;

5.11. A contratação deverá observar os seguintes requisitos quanto da Sustentabilidade, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

5.11.1. Só será admitida a oferta de equipamentos, inclusive suas partes e acessórios, com finalidade médica, odontológica, laboratorial ou fisioterápica, utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, tratamento, reabilitação e monitoração em seres humanos, e equipamentos com finalidade de embelezamento e estética que, nos termos da Portaria INMETRO nº 384, de 18 de dezembro de 2020, cumpram os Requisitos de Avaliação da Conformidade e as Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade para Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária - Consolidado, fixados, respectivamente, nos Anexos I e II, disponíveis em <http://www.inmetro.gov.br/legislacao>. (Encontram-se excluídos do escopo de abrangência desses Requisitos os equipamentos que não se enquadram na RDC Anvisa nº 549, de 31 de agosto 2021 ou substitutiva. Para os equipamentos que se enquadram, o Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO será compulsório e deverá vir afixado no equipamento). Em relação aos produtos cuja certificação é voluntária, é possível exigir o cumprimento dos requisitos técnicos previstos em normas do INMETRO, mas não se pode obrigar a apresentar a certificação do INMETRO (podem ser apresentadas certificações equivalentes);

5.12. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6. EXECUÇÃO CONTRATUAL

6.1. O prazo de entrega do objeto é de 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho, em remessa parcelada, conforme conveniência e necessidade das Unidades Requisitantes;

6.2. A Contratada deverá proceder com a entrega do objeto no local e horário arrolados abaixo, respeitando sempre o período de solicitação de cada Unidade Requiritante:

6.2.1. ALMOXARIFADO CENTRAL – Av. Conselheiro Julius Arp, nº 80, 2º andar, Centro, Nova Friburgo/RJ. CEP: 28623-000. Respeitando os dias de entrega, de segunda a sexta-feira, nos horários de 09:00h às 16:00h;

6.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

6.4. Os materiais serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 2 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

6.5. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

6.6. Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;

6.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

6.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7. GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*);

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º);

7.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*);

SERVIDOR	MATRÍCULA	DESIGNAÇÃO
Ângela Maria Sardou Charret	062.400	Superior Imediato
Bianca Portela Dutra	062.432	Fiscal Titular
Cristina B. Gomes	290.212	Fiscal Substituto
Igor Faria de Jesus	063.036	Gestor Titular
Higor de Barros Pinto	062.871	Gestor Substituto

7.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º);

7.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

7.6. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119);

7.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120);

7.8. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*);

7.9. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º);

7.10. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º);

7.11. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º);

7.12. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

7.13. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município;

8.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

8.2.1. Gestão/Unidade: Hospital Municipal Raul Sertã, Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, Programa Melhor em Casa, CAPS AD, CAPS I e CAPS III;

8.2.2. Fonte de Recursos: SUS – 1600;

8.2.3. Programa de Trabalho: 30001.10.302.00852.202, 30001.10.302.00852.203, 30001.10.302.0083.2.199, 30001.10.302.0083.2.198;

8.2.4. Elemento de Despesa: 33.90.30.08;

8.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79 – AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001;**

9. DA LIQUIDAÇÃO

9.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018 e suas modificações definidas no decreto 313 de 10 de outubro de 2019.

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 258 de 27 de Setembro de 2018 e suas modificações definidas no decreto 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

10.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;

10.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

10.1.3. FGTS;

10.1.4. PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;

10.1.5. Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;

10.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS;

10.2. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que possibilite o **CONTRATANTE** efetuar o pagamento do valor devido;

10.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante que:

- a) der causa à inexecução parcial de eventual contrato;
- b) der causa à inexecução parcial de eventual contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total de eventual contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução de eventual contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução de eventual contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

1.2 Serão aplicadas ao licitante que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando o licitante der causa à inexecução parcial de eventual contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - iv) Multa:
 - (1) moratória de 0,5% por dia de atraso** injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;
 - (2) moratória de 0,5 % por dia de atraso injustificado sobre o valor total de eventual contrato, até o máximo de 30 % pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- * O atraso superior a 20 dias autoriza a Administração a promover a extinção de eventual contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- (3) compensatória de 15% sobre o valor total de eventual contrato, no caso de inexecução total do objeto;

1.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

1.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021);

1.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

1.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Município ao licitante, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021);

1.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

1.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao licitante, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

1.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- i) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- j) as peculiaridades do caso concreto;
- k) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- l) os danos que dela provierem para o Município;
- m) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

1.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

1.8 A personalidade jurídica do licitante poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o licitante, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

1.9 O Município deverá, no prazo máximo 30 (trinta) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

1.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

1.11 Os débitos do licitante para com a Administração, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo

contrato ou de outros contratos administrativos que o licitante possua com a Administração, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços;

12.2. O presente documento foi elaborado mediante as descrições apresentadas pelos responsáveis técnicos dos setores requisitantes, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

Nova Friburgo/RJ, 10 de julho de 2023.

Termo de Referência elaborado por:

Igor Faria de Jesus
Gestão de Processos, Contratos e Convênios – SMS
Mat. 063.036

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

NICOLE RIBEIRO LESSA CIPRIANO
Secretária Municipal de Saúde
Mat. 106.137